

O CONCEITO DE BIBLIOTECA NAS BIBLIOTECAS DIGITAIS

THE CONCEPT OF LIBRARY IN DIGITAL LIBRARIES

Clarinda Rodrigues Lucas¹

Resumo

O conceito de biblioteca em seu sentido tradicional, entendida como coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta, é apresentado como parâmetro para os produtos e serviços oferecidos pelas Bibliotecas Digitais. Analisam-se as questões de preservação, acessibilidade e legibilidade de documentos digitais, bem como os problemas de disponibilização de recursos informacionais apontando para as novas características que a biblioteca digital deve incorporar.

Palavras-chave

**BIBLIOTECADIGITAL
COPYLEFT
DOCUMENTOS DIGITAIS
DOMÍNIO PÚBLICO
PRESERVAÇÃO**

¹ Doutora em Linguística – UNICAMP Instituto de Estudos da Linguagem. Mestre em Biblioteconomia – PUC-Campinas. Diretora da Biblioteca do IFCH Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP clarinda@unicamp.br

1 INTRODUÇÃO

O advento das novas tecnologias da informação está mudando a noção de biblioteca neste século. Entretanto, a atividade primordial das bibliotecas, juntar pessoas com informações, não tem sido alterada fundamentalmente. O progresso tecnológico mudou a maneira de as bibliotecas realizarem as suas atividades, mas não a razão de ser das bibliotecas, isto é, oferecer um conjunto organizado de informações afins, armazenadas com o objetivo de consulta ou utilização posterior. Neste contexto, ressaltamos que o importante é valorizar a natureza do conceito de Biblioteca, entendida como coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta, nas emergentes Bibliotecas Digitais.

Bibliotecários e usuários estão descobrindo que bibliotecas sem paredes são realmente bibliotecas com novas paredes, com barreiras tecnológicas, restrições administrativas e legais. Constatamos que os grandes serviços de indexação, metabuscadores tais como Google e Yahoo, realizam buscas abrangentes e pouco refinadas e que para muitos usuários, localizar informação na Internet resulta altamente insuficiente se comparado aos recursos das bibliotecas tradicionais, especialmente para usuários não familiarizados com estratégias de busca.

Por outro lado, os usuários mais exigentes que podem pagar por serviços mais sofisticados e mais rápidos, certamente conseguem melhores resultados. Paraphraseando a rainha Maria Antonieta, os tecno-carentes comerão provavelmente o “brioche digital” (KUNY; CLEVELAND, 1998). Sendo assim, a biblioteca digital que os visionários da tecnologia concebem, poderá ser tão inacessível e restritiva para os usuários quanto às bibliotecas atualmente existentes.

2 MITOS E DESAFIOS SOBRE A BIBLIOTECA DIGITAL

O futuro digital propõe novos desafios para a renovação do campo de trabalho dos bibliotecários, principalmente para dar conta dos mitos que cercam a Internet e que são divulgados pela grande imprensa. De-

talharemos a seguir os mitos e desafios que repercutem sobre a biblioteca digital identificados por Kuny e Cleveland, em 1998:

Mito 1: A Internet é a biblioteca digital. É lugar comum entre os vendedores de novos produtos digitais sugerir que os recursos de informação espalhados pela Internet são uma biblioteca digital. Sabemos que a biblioteca digital significa coisas diferentes para diferentes pessoas. Nela encontramos os mais distintos tipos de informação – textos, imagens, vídeo, áudio e suas possíveis combinações, aparentemente em todos os domínios de conhecimento possíveis, e neste sentido a Internet pode parecer servir a alguns dos propósitos da biblioteca digital.

A pergunta que os autores em referência fazem é se esta coleção de artefatos eletrônicos pode ser considerada uma biblioteca digital nos padrões da biblioteca tradicional. Kuny e Cleveland (1998), ironicamente, propõem que a Internet está para as bibliotecas assim como um mercado de pulgas está para a Biblioteca do Congresso norte-americano: *“But is this disparate collection of electronic stuff” a “digital library”?* *“In reality, the Internet and the World Wide Web are to libraries what a fleamarket is to the Library of Congress.”*

Desta constatação emerge o desafio de desenvolvimento de uma infraestrutura para a exploração de recursos em rede, caracterizada por uma distribuição altamente descentralizada, onde os recursos informacionais são criados com enorme autonomia e requerendo informação eletrônica distinta. Acima de tudo, ressaltamos que esta infraestrutura precisará ser gerenciada por profissionais que entendam as necessidades e usos da informação.

Mito 2: A realidade de uma única biblioteca digital, mais especificamente uma janela para as coleções da Biblioteca Digital onde o público poderá ter acesso eletrônico às bibliotecas sem paredes, estando a informação disponível em qualquer lugar e a qualquer momento através de uma conexão à rede.

Esta visão traz em seu bojo o desafio de futuras regras de licenciamento e de direito de cópia que afetarão fortemente os serviços e as coleções digitais, bem como os custos proibitivos para digitalização, além do suporte para a infraestrutura técnica. Já pode ser observada a realidade de

inúmeros provedores de informação competindo entre si, de modo anárquico e desorganizado, sendo a biblioteca somente uma dentre inúmeras fontes de informação.

Por outro lado, os recursos de informação com alto valor agregado provavelmente serão fechados em coleções privadas, essencialmente digitais, que serão acessíveis por assinatura ou pagas por consulta, a exemplo da base de dados bibliográfica JSTOR, que traz em formato eletrônico coleções retrospectivas de periódicos impressos. O desenvolvimento de normas de interoperabilidade para localização e recuperação neste ambiente heterogêneo e altamente distribuído será um considerável desafio.

Mito 3: Bibliotecas digitais fornecerão acesso mais igualitário em qualquer lugar e a qualquer tempo. O acesso universal está atualmente comprometido pelo fato da Internet não ser tão onipresente quanto seria desejável. Fora dos grandes centros há poucas conexões, muitas vezes lentas, onde o custo de acesso permanece alto e, para a vasta maioria da população dos países em desenvolvimento, o acesso à Internet é difícil. Sendo assim, é imprescindível que haja disponibilidade de acesso universal às redes de telefonia para que a Internet possa ser o mecanismo primordial para envio de informações.

As previsões para o acesso equitativo aos serviços e a coleções digitais parecem crescentemente mais problemáticas, considerando-se que são enormes os obstáculos técnicos e legais envolvidos. A definição quanto à legislação de direito autoral é um processo lento e tem o potencial de comprometer a concepção ideal da biblioteca digital, além destes fatores, a administração da tecnologia para bibliotecas digitais está tornando-se mais complexa que a gerência das licenças e acesso de uso, e neste sentido, o impacto sobre o acesso igualitário poderá ser considerável.

Mito 4: Bibliotecas digitais serão mais baratas que bibliotecas impressas. Para Kuny e Cleveland (1998), a suposição corrente veiculada na imprensa especializada de que a biblioteca digital é mais econômica que a biblioteca impressa esta distante de ser estabelecida tanto em fatos quanto na prática, embora muitos projetos de bibliotecas economizem recursos humanos e financeiros, particularmente quando estratégi-

as de substituição de coleções são usadas para reposição de títulos de periódicos pelos serviços de comutação eletrônica. A análise de custo/benefício desta troca permanece incerta, sendo que em alguns casos, a troca para periódicos eletrônicos poderá economizar o recurso orçamentário da biblioteca, repassando o custo de impressão para os usuários.

Os custos da realidade digital são substanciais. Muitas bibliotecas destinam recursos significativos para a infraestrutura de informática, que continuamente é acrescida de novas versões, licenças, atualizações, infra-estrutura administrativa e de treinamentos.

Estes custos são subvencionados pelas bibliotecas que estão adquirindo materiais somente digitais e têm serviços eletrônicos limitados. Instituições que almejam o desenvolvimento de coleções digitais terão mais despesas para projetos de digitalização e custos de implementação, manutenção, atualizações.

3 DOMÍNIO PÚBLICO E DIREITOS AUTORAIS: *COPYRIGHT VERUS COPYLEFT*

As publicações disponíveis para consulta gratuita na Internet aumentam em escala crescente e vertiginosa e, apesar de inúmeros problemas, a rede mundial tem o potencial de reparar algumas deficiências históricas da possibilidade de acesso à informação potencialmente de domínio público (STARR, 2000).

Alguns fatores intrínsecos à Internet contribuem para tornar realmente público aquilo que nominalmente já era:

- existem muitos documentos, no sentido legal, que tradicionalmente estão disponíveis para poucos, em arquivos governamentais ou de instituições acadêmicas, e que, a partir de projetos de digitalização podem ser disponibilizados na rede;
- a distribuição em rede, em vista de enorme potencial de usuários pode baratear os seus custos;
- a existência de grupos que compartilham interesses comuns e podem realizar esforços colaborativos para produção de materiais digitais em consórcios, indo do local para o global ou vice-versa.

Starr (2000) realça que a Internet facilita a produção e disseminação de bens e serviços públicos criando novos mercados e novos espaços públicos constituídos por todas as informações e comunicações disponíveis gratuitamente ou a um custo mínimo. Observa, entretanto, que se não forem criados padrões de confiabilidade dos sítios de domínio público, estes não estarão aptos a receber a denominação de bibliotecas, em seu sentido institucional de confiabilidade.

O mecanismo conhecido como *copyleft* é indicado por Starr (2000) para atender esta demanda do que poderíamos chamar de garantia. Trata-se de um modelo de licença pública para programas de computação, conhecido também como GPL *General Public License*, criado por Richard Stallman em 1983. Em oposição ao *copyright*, esta licença concede permissão ilimitada para copiar ou modificar um documento, entretanto proíbe o usuário de solicitar um novo direito autoral sobre o material modificado e, desse modo, monopolizar os direitos de cópia sobre o documento original.

A palavra *copyleft* tem sua origem em um trocadilho em inglês, que substitui a palavra *right* que significa direito em inglês, no sentido de privilégio, do termo *copyright* por *left*, esquerda, em inglês. O duplo sentido do termo está no fato de que a palavra *left* é também o passado do verbo *leave*, que significa deixar, desistir, em sua conjugação no passado, tornando *copyleft* um termo próximo a “cópia autorizada”. Outro trocadilho intraduzível brinca com a famosa frase “Todos os direitos reservados”, que sempre acompanha o símbolo. Nos termos do “*copyleft*”, a frase “*All rights reserved*” torna-se “*All rights reversed*”, isto é, todos os direitos invertidos, em sentido mais amplo, anulados (FOLHA DE INFORMÁTICA ONLINE, 2003).

O diferencial do *copyleft* é que o próprio autor é quem permite que os usuários de um produto original modifiquem, adicionem ou copiem a sua criação; em substituição ao texto “todos os direitos reservados” é consentida a reprodução parcial ou total da obra, sua distribuição através da Internet para uso pessoal dos usuários, desde que sem fins lucrativos.

Em termos de liberdade de acesso à informação disponível na Internet, Pike (2002) aponta a proteção do *copyleft* como uma terceira alternativa para a edição de publicações eletrônicas, visto este mecanismo estar entre a enorme proteção para a integralidade dos conteúdos oferecida pelo *copyright* e a abertura total do domínio público.

4 PRESERVAÇÃO E LEGIBILIDADE DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Em 1995, em artigo publicado na *Scientific American*, Rothenberg alertava para o perigo da perda de capacidade de leitura dos documentos digitais produzidos nos anos 90, que seriam a primeira geração de uma nova forma de registro, documentos radicalmente distintos dos anteriores, vistos como produtos valiosos do início da era da informação.

Em um nível mais técnico, observamos que documentos digitais são normalmente armazenados como arquivos de informação, isto é, coleções de dígitos binários correspondendo a correntes de unidades de informação representando documentos específicos. Estas correntes de unidades de informação em um arquivo representam estruturas muito mais complexas que seqüências de unidades de informação de tamanho fixo, contendo elementos logicamente relacionados que estão fisicamente separados, sendo ligados internamente por referências cruzadas, constituídas por apontadores para outros lugares, com outras seqüências de correntes de unidades de informação ou padrões compatíveis.

Podemos comparar, grosso modo, esta estrutura à dos documentos impressos com suas referências cruzadas, onde os números das páginas são usados como indicadores, sendo que os nomes de seções ou outras referências requerem do leitor a busca por um determinado texto.

Sendo uma estrutura complexa, muitos documentos trazem informações específicas que são identificadas somente para o programa de computação que as criou, a exemplo de programas de processamento de palavras que incluem informação de formato específico em seus documentos para descrever a tipografia, o leiaute e a sua estrutura, identificando títulos, seções, cabeçalhos de capítulos, e outros detalhes. Programas de hipermídia usam informação codificada, para identificar e conectar textos, gráficos, sons, imagens e informação temporária de formas arbitrariamente complexas.

Desta forma, um arquivo digital não é um documento em seu sentido estrito, sendo que ele descreve um documento que virá a existir somente quando o arquivo for lido no programa que o gerou, em que ele foi criado. Sem o seu programa autor ou programa de visualização equivalente o documento será um refém oculto para seu próprio codificador.

Deste modo, o significado de um arquivo não está nele mesmo, como em um texto impresso; para entender um arquivo, precisamos entender o que o seu conteúdo significa, sendo que o leitor de um arquivo digital é um programa de computador, não um ser humano. Conseqüentemente os documentos digitais são dependentes dos programas de computação, que funcionam como intermediários entre o leitor humano e o documento digital.

5 ACESSIBILIDADE DE DOCUMENTOS DIGITAIS

A revolução das tecnologias da informação continuamente cria novos paradigmas, que freqüentemente abandonam seus predecessores em vez de incluí-los. É o caso de editores e autores desconcertados e confusos com coleções de documentos com arquivos em formatos incompatíveis que precisam ser modificados, transferidos, freqüentemente com perda de formato, estrutura e conteúdo.

Um documento digital não depende somente do programa específico em que foi gerado para funcionar, mas de uma série de ferramentas compostas por equipamentos e por programas de computação. Para assegurar que os documentos digitais possam ser utilizados, lidos no futuro vários itens precisam ser planejados e padronizados.

Um das formas de torná-los continuamente acessíveis é a migração para os novos formatos que estão surgindo, a exemplo do que já foi feito com os microfimes, e que também ocorre com os discos de vinil, transferidos para os CD-ROMs e mais recentemente para os DVDs. Entretanto, se esta transferência não é feita, e sabemos que a preservação não é o que move em primeira instância os editores e produtores de documentos de texto, vídeo, música, imagem e outras formas de expressão de cultura, muitos documentos ficarão perdidos para sempre.

Rothemberg (1995) aponta para duas estratégias a serem adotadas para a preservação de documentos digitais; uma delas seria fazer a versão destes documentos para um sistema padronizado, em um formato independente, a outra tentativa seria prolongar a longevidade dos sistemas vigentes para que os documentos permaneçam legíveis usando seu programa de computação original.

Entretanto, a experiência demonstra que padronizações de sistemas não são viáveis em longo prazo, pois é inerente às tecnologias de informação a rápida evolução, buscando sempre novas soluções para processadores de textos, programas gráficos, editores de planilhas e programas hipermídia.

A sucessiva transposição de documentos digitais para novos paradigmas tecnológicos pode acarretar perda de informação, de formatos, de qualidade do documento, sendo que cada nova transposição para um formato mais recente introduz novas perdas.

Teoricamente, a transposição de um documento para um padrão (ou seqüência de padrões) reteria o caminho e volta para o original, permitindo a reprodução do documento original, entretanto esta reversibilidade raramente ocorre sem perdas. Por analogia e em um nível mais básico, poderíamos pensar nas várias alterações por que passaram as versões de um original de Camões, para outros idiomas, e em épocas distintas e os conseqüentes prejuízos para os leitores desta obra.

Buscando assegurar condições mínimas de preservação dos documentos digitais, Rothenberg (1995) sugere o desenvolvimento de normas para codificação de anotações explicativas que permitam a interpretação de documentos digitais que são salvos em formatos não padronizados, possibilitando uma futura emulação do ambiente tanto do hardware quanto do software em que o documento digital foi produzido.

Sendo assim, devemos associar a informação contextual dos documentos digitais para informar a sua procedência bem como anotações detalhadas que possibilitem a transferência para os sucessivos padrões em que eles possam ser legíveis. Finalmente para possibilitar que um documento digital obsoleto possa ser lido futuramente, devemos assegurar uma migração contínua e sistemática dos documentos digitais para os novos suportes, preservando o documento e a sua informação em termos de pacotes de unidades de informação literal.

5.1 CONTEÚDOS DIGINATOS

Lopes (2002) ao analisar a criação de uma memória para os conteúdos originalmente digitais portugueses realça a questão da temporalidade

da Internet, que é um espaço de mutabilidade constante, conseqüentemente, o arquivo digital e o posterior registro da informação deve levar em conta essas condicionantes. Com o aumento crescente de documentos digitais, e principalmente daqueles que só estão disponíveis na Internet, os *digitatos*, prevê-se que as publicações eletrônicas poderão constituir o grupo majoritário de documentos produzidos na próxima década.

Esta realidade traz para as bibliotecas a tarefa de criar mecanismos para a preservação dos documentos digitais, garantindo tanto a sua preservação quanto a sua disponibilidade para consultas futuras, dentro de critérios e procedimentos relacionados com a preservação e acesso ao conteúdo desses documentos, dentro dos limites de conhecimento e das possibilidades tecnológicas atuais.

As bibliotecas digitais incorporam um novo paradigma, uma vez que o ciclo, produção, armazenamento e disseminação dos documentos foi profundamente alterado, tendo em vista que o circuito: autor, editor, livreiro, biblioteca, leitor e suas variantes pode ser realizado por um único indivíduo e seu computador conectado à Internet, produzindo assim uma significativa transformação no papel social das bibliotecas.

Para além dos materiais tradicionalmente presentes nas bibliotecas e arquivos, a era digital traz a realidade das trocas de mensagens e a preocupação de perda de parte representativa da memória da humanidade (GOULD; VARLAMOFF, 2000):

A century ago, famous writers may have recorded their movements, discoveries and emotions to friends or family in letters which have often been preserved as part of our cultural heritage, helping to set literary works in the context of the writer's life and thought. E-mail storage is increasingly seen as a burden on a computer system. Will the memory of today's literary giants lose out to that of the computer? And what about all the links an electronic publication might have to other websites? The exhilaration that grips us when we surf the Net quickly turns to vertigo with the thought of preserving that sea of information.

Para Rothenberg (1995), as tecnologias da informação alteram substancialmente as concepções de documento, do que é considerado registro literário, tanto quanto a revolução provocada pela introdução da imprensa, transformou os hábitos de escrita e de leitura. Por outro lado, para Gould e Varlamoff (2000), se um dos benefícios da Internet é a sua reprodutibilidade, tornando-a teoricamente invulnerável aos limites do espaço e do tempo, os suportes dos quais ela se serve, seu *hardware* e *software*, estão longe de ser eternos.

Segundo estes autores, a digitalização de documentos, de suposta salvadora passa a ser a inimiga na batalha de preservação perpétua dos arquivos; sendo que a rapidez do avanço tecnológico, de grande criadora vem a ser a grande destruidora, impedindo que alguns arquivos digitais, de menos de 20 anos não possam mais ser lidos.

5.2 BIBLIOTECAS DIGITAIS: PRODUTOS E SERVIÇOS

Os produtos e serviços disponíveis em bibliotecas britânicas através de interfaces digitais foram listados por Rusbridge (1998); sendo que a maior parte deles também é de uso corrente nas bibliotecas universitárias brasileiras:

- Sistemas eletrônicos de reserva de material bibliográfico
- Conjuntos de bases de dados através de acesso remoto
- Conjuntos de bases de dados comerciais através de acesso remoto
- Conjuntos de bases de dados locais (ex: bibliografias, coleções de folhetos)
- Documentos disponíveis em rede local
- Portais para recursos locais através da Internet
- Portais de Acesso remoto à Internet
- Acesso remoto à recursos da Internet
- Acesso remoto à periódicos eletrônicos
- Acesso local e remoto à livros eletrônicos
- Livros para empréstimo entre bibliotecas

- Periódicos impressos
- Coleções especiais, mapas, slides, vídeos, registros sonoros

Em decorrência desta oferta de recursos digitais através de acesso local ou remoto observa-se a predominância dos acessos eletrônicos por pesquisadores brasileiros na geração de novos conhecimentos em relação aos acervos impressos, apontada em pesquisa realizada por Pinheiro (2003), relativa ao uso de recursos eletrônicos.

5.3 PROPRIEDADES DA BIBLIOTECA DIGITAL

As características fundamentais da biblioteca digital são descritas por Harter (1996) no quadro Propriedades da Biblioteca Digital, indo de uma visão tradicional até uma visão extremamente abrangente. Para este autor uma biblioteca digital contém representações digitais dos objetos nela encontrados, observando que de um ponto de vista recente o entendimento de biblioteca digital também admite que ela possa ser acessada através da Internet, embora não necessariamente para tudo, concluindo que a idéia de digitalização é talvez a única característica da biblioteca digital que tem uma concordância universal.

<i>Propriedades da Biblioteca Digital</i>		
Visão Limitada (baseada na biblioteca tradicional)	<i>Visão moderada</i> (posição intermediária entre os extremos)	<i>Visão Ilimitada</i> (baseada livremente na Internet atual)
Objetos são recursos de informação	a maioria dos objetos são recursos de informação	objetos em geral (tudo é recurso informacional)
Objetos são selecionados em termos de qualidade	alguns dos objetos são selecionados em termos de qualidade.	nenhum controle de qualidade; sem barreiras para entrada.
Objetos estão localizados em um lugar físico	objetos estão localizados em um lugar lógico (precisa ser distribuído)	objetos não estão localizados em um lugar físico ou lógico
Objetos são organizados	alguma organização	nenhuma organização
Objetos são submetidos à um controle de autoria	alguns aspectos de controle de autoria estão presentes	nenhum controle de autoria
Objetos são fixos (não mudam)	objetos mudam de modo padronizado	objetos são fluídos (podem mudar e variar a qualquer tempo)
Objetos são permanentes (não são retirados)	retirada dos objetos é controlada	objetos são transitórios (podem ser retirados a qualquer momento)
Autoria é um conceito importante	conceito de autoria é frágil	não ha conceito de autoria
Acesso aos objetos é limitado à usuários específicos	acesso à alguns objetos é limitado à classes específicas de usuários	acesso à tudo para todos
Serviço de referência é oferecido	algum serviço é oferecido	somente serviços oferecidos por programas de software (AI)
Especialistas humanos (bibliotecários)		não há bibliotecários
grupo de usuários bem definido	algumas classes de objetos tem grupos de usuários associados	não há grupos de usuários definidos (ou alternativamente, usuários infinitos)

Quadro 1: Propriedades da Biblioteca Digital

Fonte: Harter, 1996

Os dados do quadro Propriedades da Biblioteca Digital permitem-nos refletir sobre o que torna uma biblioteca digital uma biblioteca no seu sentido mais completo, e que tipo de biblioteca digital está sendo construído, para além da idéia de digitalização de coleções. Podemos decidir em que extensão uma biblioteca digital será organizada, se por especialistas humanos que catalogarão, classificarão e indexarão os documentos, ou se ela será inteiramente aberta, deixando aos usuários a tarefa de pesquisa a partir de busca livre.

O trabalho atual dos bibliotecários agrega valor à informação, desde o processo de seleção dos documentos que farão parte da coleção até os cabeçalhos de assunto que são atribuídos aos diferentes documentos, sempre implicando em controle de autoridade. No extremo oposto temos a visão da biblioteca digital como anárquica e individualista, representada por uma coleção de fontes de informação não selecionadas por critérios pré-estabelecidos, onde o conceito de autoria está quase que ausente, os documentos são voláteis, em constante mudança.

Harter (1996) identificou as seguintes questões inerentes aos recursos de informação na Biblioteca Digital que devem ser valorizados quando de seu planejamento e construção:

- Qualidade: como estabelecer e controlar a atualização a acuidade e a integridade das fontes de informação;
- Autoria: como assegurar a integridade intelectual dos dados;
- Organização: como prover acesso intelectual aos recursos informacionais;
- Mutabilidade: como podemos reconhecer as diferentes versões de um mesmo recurso informacional;
- Preservação: como podemos encaminhar a questão dos recursos informacionais transitórios;
- Autoridade: como podemos preservar o conceito de autoridade;
- Legalidade: como pode ser observada a legislação de direito autoral;
- Política de Acesso: como limitar o acesso à alguns recursos informacionais para algumas categorias de usuários;
- Serviços: Quais serviços serão oferecidos pela biblioteca digital

- Integração: Poderá a biblioteca digital ser integrada à biblioteca tradicional? Se sim, como isso poderá ser realizado?
- Bibliotecários: a biblioteca digital terá bibliotecários? O que eles farão?
- Usuários: a biblioteca digital terá uma categoria de usuários bem definida?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos neste texto os mitos e desafios relativos à biblioteca digital, as questões pertinentes à acessibilidade, preservação e legibilidade dos documentos digitais, buscando verificar o quanto do conceito de biblioteca tradicional permanece na biblioteca digital.

Para além disto, observamos que se uma biblioteca digital é uma biblioteca em seu sentido pleno, então ela deverá incluir serviços tais como referência em linha, ajuda para ferramentas de busca, acesso e assessoria em serviços de busca comerciais, dentre outras funções. Poderá também incorporar novos recursos de informação, a chamada literatura cinza, hoje virtual: os artigos não publicados em revistas impressas (os textos diginatos), as listas de discussão, os diários virtuais, os arquivos de imagem e som, isto é, a série de artefatos disponíveis na Internet.

As distintas visões do alcance da biblioteca digital (ATHINKSON, 1996) permitem-nos várias reflexões: se um serviço de informação excelente é constituído pelo acesso igualitário e indiferenciado à todos os objetos de informação existentes, então as bibliotecas logo serão consideradas antiquadas e supérfluas em vista da informação estar crescentemente em linha. Mas, se a biblioteca responde a uma necessidade bibliográfica e epistemológica, com características de circunscrição, composta por uma coleção sistematicamente delimitada, isto é, com critérios de seleção, de qualidade e acuidade das fontes de informação dentre outras qualidades, então ela será um instrumento de pesquisa fundamental e diferenciado. A biblioteca digital que os visionários da tecnologia concebem, deverá incorporar as características que historicamente são positivas nas bibliotecas, acrescentando novas facilidades que universalizem o acesso ao conhecimento.

Abstract

The traditional concept of library as a public or private book collections and documents alike, organized with the purpose of studies, readings and researching is presented as a parameter to the products and services offered by Digital Libraries. In this work it is analyzed both matters concerning preservation, access and legibility of digital documents and the availability of informational resources towards the new characteristics the Digital Library may show.

Key-words

DIGITAL LIBRARY

COPYLEFT

DIGITAL DOCUMENTS

PUBLIC DOMAIN

PRESERVATION

REFERÊNCIAS

ATHINKSON, Ross. Library functions, scholarly communication, and the foundation of the digital library: laying claim to the control zone. *Library Quarterly*, v. 66, n.3, p.239, July 1996.

ENTENDA o que é o conceito “copyleft”. *Folha de Informática Online* 19/02/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u12307.shtml>>. Acesso em: 26 abr. 2004.

GOULD, Sara; VARLAMOFF, Marie-Thérèse. Digital disappearances. *Correio da UNESCO*, out. 2000.

HARTER, Stephen. *What is a digital library? Definitions, content, and issues*. In: <http://dlab.sookmyung.ac.kr/KOLISSDL96/> INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES AND INFORMATION SERVICES FOR THE 21ST CENTURY, *Anais...* Sep. 10-13, 1996, Seoul, Korea. Disponível em: <<http://php.indiana.edu/%7Eharter/korea-paper.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2004

KUNY, Terry; CLEVELAND, Gary. The digital library: myths and challenges. *IFLA Journal*, v. 24, n. 2, 1998.

LOPES, Pedro Faria; CARDOSO, Gustavo, MOREIRA, Maria Vasconcelos. Preservação de publicações eletrônicas na Internet: os arquivos imperfeitos. *Cadernos BAD*, Lisboa, n.2, 2002.

PIKE, George H. What is a right about copyleft? This new licensing agreement allows users to modify an intellectual creation (Legal Issues). *Information Today*, v. 19, n.4, p.22, Apr. 2002.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Comunidades científicas e infraestrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa. *Ci. Inf.* [online]. set./dez. 2003, vol.32, no.3 [citado 20 Abril 2004], p.62-73. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1965.

ROTHENBERG, J. Ensuring the longevity of digital information. *Scientific American*, v. 272, n. 1, p. 24-29, Jan. 1995.

RUSBRIDGE, Chris. Towards the Hybrid Library. *D-Lib Magazine*, July/Aug. 1998.

STARR, Paul. The electronic commons: the promise of the new public domain. *American Prospect*, v. 11, n. 10, Mar./Apr. 2000.